

## **POLÍTICA DE BÔNUS DE DESEMPENHO A TÍTULO DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS DOS DIRETORES DA COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ CEGÁS – REVISÃO 2**

Esta Política de Bônus de Desempenho a título de Participação nos Lucros contém as diretrizes, regras e procedimentos que deverão reger e disciplinar o pagamento de Bônus aos Diretores da CEGÁS, tendo como referência o Lucro Líquido anual obtido em cada exercício, como retribuição à contribuição dos diretores nos lucros da Empresa.

### **CONCEITOS**

**Lucro ou Lucro Líquido:** é o lucro líquido contábil verificado nos registros da Companhia após o lançamento dos tributos incidentes sobre o Lucro, excluídos quaisquer lançamentos relativos à constituição de reserva de incentivos fiscais. Os tributos incidentes sobre o Lucro são o Imposto de Renda sobre o Lucro e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, definidos na legislação tributária do País.

**Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros:** consiste em um sistema de pagamento de parcela do lucro aos Diretores, a título de reconhecimento pela realização das Metas Corporativas.

**Metas Corporativas:** são aquelas que permitem medir o desempenho da Companhia, no que se refere aos resultados previstos.

**Programa de Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros:** documento formal apresentado pela Diretoria Executiva, com fundamentação no artigo 152 e seus parágrafos, da Lei nº 6.404/76, que deverá conter as regras de pagamento de Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros aos diretores da CEGÁS e os prazos pactuados.

**Valor Destinado ao Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros dos Diretores:** montante a ser pago e rateado entre os Diretores a título de participação nos lucros da Companhia, cuja proposta será apresentada pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração e este a submeterá à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

**Diretores:** representantes indicados pelos Acionistas e eleitos pelo Conselho de Administração para exercerem cargos na Diretoria Executiva da Companhia.

**Grau de Realização das Metas Corporativas:** índice que representa o nível de atendimento da Companhia às metas traçadas.

**Folha Salarial Base do Mês de Dezembro:** soma dos SALÁRIOS BASE dos Diretores no mês de dezembro do exercício avaliado, considerando para isso as regras de proporcionalidade dos SALÁRIOS BASE em função do tempo efetivo de serviço durante o ano e do tempo no cargo, além do eventual acréscimo do valor do último SALÁRIO BASE pago aos diretores exonerados ou cujo mandato se encerrou, aplicada sobre os mesmo a regra de proporcionalidade de 1/12 (um doze avos) para mês trabalhado no exercício avaliado.

## 1. FUNDAMENTOS

O Bônus a Título de Participação nos Lucros tem sua base legal assentada nas disposições do artigo 152 e seus parágrafos, da Lei nº 6.404/1976, dado que a condição estabelecida no § 1º deste artigo está atendida no art. 36 do Estatuto da CEGÁS.

## 2. OBJETIVO

O objetivo básico desta Política está vinculado a comportamentos de ordem pessoal dos Diretores da CEGÁS e visa reconhecer a contribuição dos Diretores nos lucros do exercício.

## 3. DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA

### 3.1 Dos Pré-requisitos

Para o desenvolvimento desta **POLÍTICA** ficam estabelecidos os seguintes pré-requisitos:

- a) Aplicação plena das disposições contidas na Lei 6.404/1976;
- b) Previsão orçamentária para pagamento do Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros e Resultados aos Diretores da CEGÁS;
- c) Existência de Lucro Líquido, conforme as Demonstrações Financeiras legalmente divulgadas pela Companhia;
- d) Existência de Metas Corporativas em relação à produtividade, aprovadas pelo Conselho de Administração;



- e) Formulação do Programa de Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros dos Diretores da CEGÁS, relativos ao exercício avaliado, o qual deverá ser submetido à aprovação do Conselho de Administração;
- f) Provisão do Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros nas Demonstrações Anuais da Companhia, cujo valor deverá estar em consonância com os termos desta Política;
- g) Aprovação, pela Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia, do valor a ser distribuído como Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros dos Diretores da CEGÁS.

### 3.2 Da distribuição do Valor destinado ao Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros dos diretores

3.2.1 - A distribuição do valor destinado ao Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros dos Diretores da CEGÁS deverá considerar as Metas Corporativas traçadas, bem como as regras de proporcionalidade de remuneração, em função do tempo efetivo do mandato durante o ano avaliado.

3.2.2 - Entende-se como remuneração mensal o montante efetivamente pago aos Diretores, a título de remuneração no mês de dezembro do exercício avaliado, não acrescido de qualquer adicional, ainda que pago habitualmente.

### 3.3. Da periodicidade

3.3.1 - Anualmente, quando do encerramento das Demonstrações Financeiras do exercício avaliado, deverá ser efetuado o cálculo do Grau de Realização das Metas Corporativas, objetivando-se determinar o desempenho da Companhia e o respectivo índice de atendimento às metas traçadas;

3.3.2 - Com base no Grau de Realização das Metas Corporativas, a Diretoria Executiva formulará ao Conselho de Administração a proposta para a destinação dos resultados, através da elaboração do Programa de Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros, o qual, se aprovado, terá o lançamento do seu valor provisionado nas Demonstrações Financeiras anuais da Companhia, sendo então incluído na pauta da Assembleia Geral, para apreciação e deliberação dos Acionistas;

3.3.3 - O cálculo do valor total a ser distribuído como Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros aos diretores será baseado no Lucro Líquido multiplicado pelo grau de realização das Metas Corporativas do exercício avaliado;

3.3.4 - O cálculo do valor destinado ao Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros, para cada diretor, será baseado na remuneração de cada um no mês de dezembro do exercício avaliado.

### 3.4. Do Programa de Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros

3.4.1 – O valor destinado ao Bônus de Desempenho deverá estar contemplado no orçamento do exercício subsequente ao avaliado, ser submetido à aprovação do Conselho de Administração e determinado conforme a seguir:

a) Lucro Líquido multiplicado pelo grau de realização das Metas Corporativas do exercício avaliado

3.4.2 – As Metas Corporativas estabelecidas poderão ser alteradas ou acrescidas por decisão do Conselho de Administração.

## 4. MECANISMO DE DISTRIBUIÇÃO DO VALOR DESTINADO AO BÔNUS DE DESEMPENHO A TÍTULO DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS AOS DIRETORES DA CEGÁS

### 4.1. Do valor a ser destinado ao Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros aos diretores.

O valor total de Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros será destinado para todos os Diretores, de acordo com o êxito alcançado na realização das Metas Corporativas, de forma proporcional às respectivas remunerações fixas em vigor no mês de dezembro do exercício avaliado.

## 5. APLICAÇÃO

Esta Política aplica-se a todos os Diretores da CEGÁS, observadas as seguintes condições:

5.1. Os diretores em efetivo exercício durante todo o ano avaliado receberão o pagamento integral;



**5.2.** Os pagamentos previstos nesta Política serão sempre realizados à razão de 1/12 (um doze avos) do ganho para cada mês trabalhado no exercício avaliado, considerando o mês como o período igual ou superior a 15 (quinze) dias trabalhados, ficando estabelecido que os Diretores, somente terão direito ao pagamento após, no mínimo, três meses de mandato.

5.2.1 - No caso de falecimento de Diretor no ano avaliado, habilitado ao recebimento, os beneficiários legais poderão receber o Bônus proporcionalmente ao tempo trabalhado naquele ano.

**5.3.** Os Diretores exonerados ou com término do mandato ao longo do exercício avaliado, terão direito ao pagamento do Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros proporcionalmente ao tempo de permanência na Companhia no exercício avaliado, desde que a exoneração não seja motivada por improbidade administrativa.

## **6. DA APROVAÇÃO DA POLÍTICA**

Esta Política foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Ata da 179ª reunião, realizada em 13 de dezembro de 2018, sendo rubricada pelos Conselheiros e a Diretoria Executiva da CEGÁS.